
1848- UMA TEORIA CONJUNTURAL DA REVOLUÇÃO¹

1848- UNA TEORÍA COYUNTURAL DE LA REVOLUCIÓN

1848 – A JUNCTURAL THEORY OF THE REVOLUTION

Irene Viparelli²

Tradução de Maria de Fátima Rodrigues Pereira³, Revisão de Sandino Hoff⁴

Resumo: Este texto é a conferência, proferida por Irene Viparelli no Congresso Karl Marx ocorrido em Novembro de 2008 na Universidade Nova de Lisboa. A autora analisa a reelaboração teórica de Marx no calor dos acontecimentos históricos ocorridos entre 1848 e 1851, em especial a relação entre crise e revolução. Objetiva-se, com a publicação, afirmar o marxismo como teoria social e de conhecimento viva e atual, porque histórica. Sendo elaboração em pensamento da totalidade contraditória que a humanidade vive nas formações sociais do modo de existência, o marxismo contribui para o debate qualificado da atual crise do capitalismo e se constitui subsídio a práticas sociais que possibilitem a sua superação, o socialismo.

Palavras-chave: Crise; Intensidade; Conjuntura; Marxismo.

Resumen: Este texto es la conferencia, proferida por Irene Viparelli en el Congreso Karl Marx ocurrido el noviembre de 2008 en la Universidad Nueva de Lisboa. La autora analiza la reelaboración teórica de Marx en el calor de los acontecimientos históricos ocurridos entre 1848 y 1851, en especial la relación entre crisis y revolución. Objetiva-se, con la publicación, afirmar el marxismo como teoría social y de conocimiento viva y actual, porque histórica. Sendo elaboración en pensamiento de la totalidad contradictoria que la humanidad vive en las formaciones sociales del modo de existencia, el marxismo contribuye para el debate cualificado de la actual crisis del capitalismo y se constituye subsidio a prácticas sociales que posibiliten su superación, el socialismo.

Palabras-clave: Crisis; Intensidad; Coyuntura; Marxismo.

Abstract: This text is the conference, by Irene Viparelli in the Karl Marx Congress that happened in November, 2008 at Nova Lisboa University. The author examines the theoretical elaboration of Marx in the highlights of the historical events occurred between 1848 and 1851, specially the relation between crisis and revolution. The purpose of the publishing is to claim the marxism as a social and knowledge theory alive and present, because it's historical. As development in thinking of the whole conflicts that the humanity lives in the social formations of the living way, the marxism contributes for the qualified debate of the current crisis of the capitalism and it constitutes a subsidy for the social practices that allow its improvement, the socialism.

Key-words: Crisis; Intensity; Conjuncture; Marxism.

É bem fácil reconhecer a importância política da série grande de artigos publicados em jornais escritos por Marx referentes ao período da revolução de 1848. Neste texto-conferência, portanto, vamos nos dedicar a ressaltar a importância teórica dessa obra.

Parte-se do princípio de que, na perspectiva marxista dos anos quarenta do século XIX havia uma “vazio teórico” a ser superado que impedia a formulação de uma teoria revolucionária coerente: então, enquanto suas reflexões quanto à estrutura da sociedade capitalista tinham com fundamento duas

concepções de tempo – uma “linear e tendencial” e a outra “cíclica e realizadora” – sua teoria revolucionária era, ao contrário, totalmente estruturada na “temporalidade linear e tendencial”. Vê-se, portanto, que a designação da expressão “vazio teórico” não é senão a ausência de uma “concepção de revolução” edificada na perspectiva da “temporalidade cíclica realizadora”.

Antes de nos concentrarmos no nosso tema – “a construção teórica” na conjuntura da revolução de 1848, – inicialmente, será necessário, que dediquemos a nossa atenção à distinção já assinalada entre uma “temporalidade linear e tendencial” e uma temporalidade “cíclica realizadora” buscando desvelar o que delas decorre para o que temos em pauta.

Entendemos por “temporalidade linear” a tendência ao desenvolvimento incessante de todas as forças produtivas e, assim, a universalização progressiva da história, imposta pelas leis coercitivas do capital. Já o que designamos pela expressão “temporalidade cíclica” é, em contrapartida, a dinâmica concreta que realiza somente esta tendência linear do modo de produção capitalista quando da expansão das forças produtivas, ao mesmo tempo, o princípio e consequência periódica das crises econômicas periódicas de superprodução.

Ora, se nós levarmos em consideração esta distinção entre estes dois níveis de análise, que podemos denominar de “nível tendencial” e “nível histórico”, temos, desse ponto de vista que a problemática da revolução coloca-se forçosamente de uma maneira dupla: enquanto uma tendência inerente ao capitalismo e enquanto acontecimento efetivo de realização dessa tendência.

Portanto, parece que Marx subordina a afirmação das condições objetivas para a revolução do proletariado ao movimento linear, expressando, por assim dizer, a pura tendência do capitalismo. Pode-se ver, com efeito, que no Manifesto aparece que a radicalização progressiva do antagonismo entre burguesia e proletariado se realiza no decorrer de um processo absolutamente linear que afirma de um lado a gradual conquista da hegemonia da burguesia sobre as forças reacionárias, do outro a progressiva transformação do proletariado em classe revolucionária.

Vê-se, então, que o “problema não-posto” a relação entre a dinâmica cíclica do desenvolvimento capitalista e a revolução evolui bem para a “incoerência teórica”. Marx afirma que é somente o movimento cíclico que realiza a tendência linear do capitalismo, mas, subordina, todavia, a realização das condições objetivas para a revolução do proletariado a esta tendência linear.

Nossa hipótese é que uma leitura do conjunto dos textos marxistas relativos à revolução de 1848, nos permite desvelar dois princípios teóricos absolutamente novos que constituem os fundamentos de nova “teoria da conjuntura” que, sem jamais ter sido explicitada ou sistematizada, permitiu preencher essa ausência/incoerência teórica da qual acabamos de assinalar

Em *Lutas de Classe em França*, Marx afirma:

Uma nova revolução é possível, senão em consequência de uma nova crise. Mas, uma é tão certa quanto a outra.

Eis aqui o primeiro princípio teórico, que afirma a existência de um encadeamento absolutamente necessário entre as crises cíclicas do capitalismo e todo o acontecimento revolucionário.

Como se dá esta ligação? A crise envenena as relações entre a burguesia e os poderes políticos, mantidos pelo crédito burguês mediante os impostos. Na seqüência, do enfraquecimento do crédito, com efeito, a burguesia é obrigada a “reduzir ao mínimo” os custos da “produção estatal”, destruindo todas as “falsas moedas” todos os gastos supérfluos relativos ao funcionamento da máquina improdutivo e parasita do Estado. Em 1848 essa exigência de submissão do Estado aos interesses da classe, tinha levado na Inglaterra a um compromisso entre a burguesia industrial e o governo Tory, enquanto que, em contrapartida, no continente, tinha imposto o desenrolar das revoluções.

É importante sublinhar esta dupla possibilidade aberta pela crise – seja de compromisso político, seja a revolução – pois ela nos revela que para Marx não existe uma relação direta entre a crise e a revolução.

Com efeito, sendo a crise um efeito do movimento cíclico do capitalismo, é a manifestação histórica da realização imanente, quer se trate da tendência ao aumento das forças produtivas ou da tendência à sua superação revolucionária. Assim coloca “na ordem do dia” uma dupla possibilidade da transformação histórica que pode ser: a inauguração de um novo ciclo econômico ou a ruptura revolucionária.

Vê-se, então, que o que está em jogo neste primeiro princípio marxista, não é senão a definição da crise enquanto “condição formal de possibilidade”, de todo o acontecimento revolucionário, crise que pode ou não resultar na revolução.

A afirmação das condições objetivas necessárias à existência das revoluções é, para Marx, resultado de um processo bem mais complexo, no decurso do qual todas as outras circunstâncias, sejam econômicas, políticas e teóricas, devem se realizar. Este processo é descrito por Marx na formulação do conceito de “intensidade da crise”. Torna-se necessário, agora, para esclarecermos todas as dimensões deste princípio, nos atermos por um instante nas reflexões feitas por Marx na *Revue d'octobre de 1850* acerca da diferença entre a situação social na Inglaterra e a do continente europeu. Marx sustenta que na Inglaterra a revolução não tinha acontecido porque a crise não tinha atingido um alto grau e intensidade, nem em nível econômico, nem em nível político, e menos ainda em nível ideológico. Ao contrário, este mesmo processo, tendo atingido, no continente, o seu mais alto grau de intensidade em todas as escalas da sociedade, tinha conduzido ao início de uma conjuntura revolucionária.

O conceito de “intensidade de crise” expressa, portanto, nada mais que a “existência concreta” da crise, uma vez que, ela nunca se apresenta na história sob a forma de uma pura “crise econômica”. Mas, sempre, como um processo por sua vez político, econômico, e ideológico que impõe, em cada nação, e em todos os níveis sociais, radicalização dos antagonismos de classe. É somente, quando ela atinge um alto grau de intensidade em todos os níveis sociais, que se dá o início de uma conjuntura revolucionária.

Pode-se, agora, enunciar o segundo princípio de Marx que coloca a subordinação da presença das condições objetivas para o deslanchar das revoluções, na “intensidade da crise”.

O Corolário deste princípio é anunciado por Marx em *Lutas de Classes em França*, quando afirma:

Naturalmente, é na periferia do organismo burguês que as explosões violentas devem acontecer, muito mais que em seu coração, porque aqui a possibilidade de um acomodamento é maior que lá.

É sempre nas nações mais fracas que as contradições se revelam, em todos os níveis sob a forma mais radical e, por conseqüência, é ali que se dá mais facilmente o início de conjunturas revolucionárias.

Entretanto, o significado do conceito de “intensidade de crise” é mais amplo que este que vimos expondo aqui, uma vez que não compreende somente a lógica subjacente ao início de uma conjuntura revolucionária, mas, ao contrário demonstra que está em ação sob a forma da relação dialética entre revolução e contra-revolução, no processo do desenrolar dos acontecimentos no interior da conjuntura aberta.

“O terreno contra-revolucionário, também é revolucionário”. Eis como Marx, em um artigo escrito na *Nova Gazeta Renana* sintetisa esta dinâmica: à tendência “ascendente” da revolução, visando a se transformar de revolução política e burguesa em revolução social e proletária, opõe-se sempre aquela “descendente” da contra revolução, que ao contrário tenta manter o “status quo” da sociedade. Quanto mais uma revolução é incapaz de se radicalizar, quanto mais a contra revolução se impõe sob a forma da repressão política, do reaparecimento de ideologias burguesas e de um novo ciclo de prosperidade do capitalismo. Este foi o desfecho da revolução de 1848. Ao contrário se a revolução se extingue, realiza o enfraquecimento político e ideológico das forças contra-revolucionárias e ao mesmo tempo radicaliza a crise.

Vê-se bem, então, que esta dialética subjacente ao desenrolar dos acontecimentos revolucionários não é de forma nenhuma para se entender como o simples movimento da luta política de classe: estando a existência concreta da crise, na sua forma revolucionária, ela é somente a continuação do processo, designado por Marx graças ao conceito de “intensidade de crise” no interior da conjuntura aberta: de um lado o termo revolução, aqui deve ser entendido como a dinâmica da radicalização dos conflitos sociais, ou seja como movimento que faz deflagrar a revolução; por outro lado, o termo “contra-revolução” indica aqui a dinâmica do enfraquecimento do grau de intensidade da luta, ou seja a reafirmação do processo tanto do freio do deslanchar da revolução, quanto determina o fecho das conjunturas revolucionárias.

Resumido: a análise dos textos marxistas relativos à revolução de 1848 revelaram-nos dois princípios: o da crise como “condição de possibilidade formal” da revolução e o da “intensidade da crise” enquanto fator decisivo, ao mesmo tempo da abertura das conjunturas e da determinação da sua dinâmica interna de desenvolvimento.

Acabamos de sustentar a idéia segundo a qual estes dois princípios teóricos constituíram os elementos constitutivos de uma “nova teoria da conjuntura”. Todavia, parece que o próprio Marx põe em questão esta hipótese de interpretação quando, negando toda evolução teórica, afirma em *A Comunicação de março de 1850*:

A Liga afirmou a sua concepção de movimento, tal como estava formulada tanto nas circulares do congresso do Comitê Central de 1847 quanto no Manifesto Comunista, revelou-se como a única razoável.

O problema apresenta-se bem complexo. É preciso constatar que as teses fundamentais do Manifesto foram confirmadas pelos acontecimentos de 1848: inicialmente a da simplificação das relações de classes que tinham se realizado em oposição, absolutamente radical e excluindo toda a posição intermediária, entre o campo da revolução e o da contra-revolução; em seguida aquela da radicalização progressiva dos antagonismos de classe, que tinha sido revelada na passagem das revoluções burguesas do início da revolução do proletariado de junho de 1848. Há mais, se consideramos o atraso do desenvolvimento do capitalismo nos países do continente como a razão mais significativa da derrota da revolução, encontra-se, que o princípio da subordinação da presença das condições objetivas da revolução do proletariado ao movimento tendencial e linear do capitalismo, ou seja: o postulado por nós antes indicado como revelador de uma “ausência ou incoerência” teórica, parece ser confirmado pela revolução.

Entretanto, se nós olharmos de uma outra perspectiva a revolução de 1848, ela poderá parecer como a falsificação empírica da teoria marxista: a saída contra-revolucionária de uma revolução, com efeito, não havia jamais sido contemplada por Marx, sendo essa possibilidade forçosamente incompatível com a sua hipótese da realização da tendência linear de toda a história pelo movimento progressivo do capitalismo.

Chegamos, assim, a pôr o paradoxo seguinte: de um lado a lógica subjacente ao desenrolar dos acontecimentos revolucionários parece confirmar a teoria marxista apresentada no Manifesto; por outro, o desfecho contra-revolucionário parece ser antes sua falsificação.

Como podemos resolver essa incoerência?

Trata-se de colocar o problema de uma outra maneira. Se partirmos da constatação de que a revolução de 1848 possibilitou a Marx formular dois novos princípios teóricos, vê-se bem que a questão não é saber se a revolução tenha ou não confirmado a teoria marxista, mas antes compreender como o sentido da teoria marxista da revolução se transforma face à afirmação de novos princípios teóricos.

Esta nova maneira de colocar a questão, qual seja: a da relação entre a teoria marxista e o acontecimento revolucionário permite-nos, resolver, ao mesmo tempo a questão do “vazio da coerência teórica” e a do paradoxo. Inicialmente, é preciso constatar que os novos princípios teóricos, marxistas, dado que permitem, entender a revolução como uma conjuntura histórica, imposta pelo movimento cíclico do capitalismo, visando a cumprir a sua tendência imanente, é exatamente a posição do problema da relação entre a ciclicidade e a revolução que ainda não estava nas formulações marxistas dos anos 40. Vê-se, a seguir que o paradoxo da confirmação ou negação da teoria marxista doravante desapareceu: de um lado a contra revolução, enquanto movimento de reação à revolução tornou-se inteligível graças à definição da dinâmica de toda a conjuntura; do outro lado a lei da simplificação das relações de classe, quanto a da radicalização dos antagonismos, expostos na dinâmica da realização efetiva no interior de uma conjuntura revolucionária dada, que, mais do que confirmar a perspectiva teórica posta até então, adquirem um significado forçosamente novo.

Resta-nos, portanto, ainda, uma questão a resolver, que é a mais problemática: a revolução de 1848 é ela verdadeiramente a confirmação do princípio da realização das condições objetivas da revolução pelo movimento linear e tendencial do capitalismo?

Para melhor podermos responder é necessário retomar, por um instante, o princípio teórico da “intensidade da crise”, concebido como processo revolucionário que pode, e somente ele, realizar as condições objetivas para a vitória da revolução social a fim de compreender que este problema, também ele, deve ser posto de uma maneira diferente. Não se trata mais de saber se em 1848 o capitalismo já tinha atingido as condições da sua superação, mas, antes, entender como é preciso conceber o processo de realização destas condições objetivas da revolução no interior das conjunturas.

Chegamos, assim, ao cerne do nosso problema, pois vedes bem que o que está em causa aqui não é senão a necessidade de definir o objeto específico da teoria da conjuntura, isso é da descrição da lógica do desenrolar da revolução enquanto realização histórica que realiza a tendência do capitalismo em vista de sua própria superação.

Vimos que o processo de radicalização dos conflitos sociais mostra-se, com diferentes graus de intensidade, em todas as formações sociais que se encontram no meio de uma crise econômica. O que é necessário acrescentarmos, agora, é que em consequência dessa afirmação “universal” do mesmo processo, uma convergência dos interesses de cada classe impõe-se em todos os países e realiza também uma espécie de “silenciosa aliança internacional de classe” tanto das forças reacionárias quanto das revolucionárias. Assim, de um lado, a posição de cada classe no interior de cada nação se liga à atitude da mesma classe em outros países; por outro lado, cada vitória ou revés nacional, tanto das forças revolucionárias quanto das reacionárias, enfraquece ou reforça o partido todo em nível internacional. Este fenômeno de “silenciosas alianças internacionais de classe” é absolutamente determinante para o desfecho das conjunturas revolucionárias, dado que transforma o processo de intensificação dos conflitos sociais que inicialmente se apresentava com uma dinâmica análoga, que se repete com diferentes graus de intensidade, em cada país, numa nova relação de dependência de cada nação que agora depende do conjunto das nações no contexto internacional.

Há a necessidade, então, de precisar que esta dependência adquire duas dimensões diferentes em se tratando da burguesia ou do proletariado.

A influência do contexto internacional revela-se no caso da burguesia, de um lado, na subordinação de todas as burguesias dos países menos desenvolvidos àquelas dos países mais desenvolvidos e, de outro, na proteção internacional de toda a burguesia daquelas (burguesias) que são mais fracas e mais ameaçadas pela revolução.

No caso do proletariado, ao contrário, esta dependência internacional de classe é entendida como aliança de toda a classe operária visando ao desenvolvimento da revolução graças ao apoio recíproco de toda a luta proletária contra a reação. Partindo das revoluções burguesas que sempre rebentaram na “periferia” em consequência da crise econômica e preparando o terreno da luta, é necessário que, inicialmente, o proletariado radicalize a revolução transformando-a de revolução burguesa em revolução social. Em seguida, graças à “silenciosa aliança internacional de classe”, é necessário que o

proletariado vitorioso apóie todas as lutas proletárias e inverta as relações de forças entre revolução e contra-revolução no terreno internacional.

Assim, da periferia, através deste movimento de auto desenvolvimento progressivo, precisa que a revolução conquiste o coração do modo de produção capitalista criando uma dimensão universal, o que somente lhe permite afirmar condições objetivas para realizar – superando a dialética entre revolução e contra-revolução – a sua vitória final. Entretanto, é necessário que uma segunda etapa da revolução se desenvolva para impor em cada nação, através da ditadura política do proletariado, as condições econômicas e teóricas para a definitiva superação do modo de produção capitalista, ou seja: para a afirmação positiva do comunismo. É somente ao fim do processo que a revolução se completa.

Antes de concluir, impõe-se a colocação de uma última questão: uma retomada destes textos poderá, hoje, ter um outro valor, além desse estreitamente teórico, para esclarecer o papel de 1848 no percurso intelectual de Marx?

É praticamente impossível responder aqui, a uma questão tão problemática, mas gostaríamos de propor alguma sugestão.

Primeiramente, nesta “nova teoria marxiana” encontramos um conjunto de questões do debate de século XX. Antes de tudo Marx proclama a impossibilidade de sustentar o ponto de vista da “segunda internacional” da realização do comunismo por meio do desenvolvimento das tendências imanentes ao capital; em seguida, ele coloca a questão central do “obreirismo italiano”, do papel das lutas proletárias no desenvolvimento do capitalismo. Ou ainda, para ir mais longe, como seria possível interpretar as revoluções socialistas do século XX a partir da dialética que se afirma tanto no terreno nacional como internacional, entre revolução e contra-revolução? Como poderíamos interpretar, a partir do princípio marxiano da universalidade como único horizonte que afirma as condições objetivas para a superação do capitalismo? Enfim, considerando os tempos atuais, como esta dialética da revolução e contra-revolução contribuiu para a afirmar a fisionomia atual do mundo globalizado?

Retenhamos que, se as análises marxistas da revolução de 1848 não podem dar respostas imediatas às nossas questões contemporâneas, seguramente, elas indicam produtivos espaços de intervenção.

Notas

¹ Fala proferida durante o Congresso Internacional Karl Marx. Universidade Nova de Lisboa. Novembro de 2009.

² Universidade de Nápoles, Nápoles – Itália. Membro do Krisis - Grupo de Investigação em Filosofia Contemporânea associado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Évora (Portugal). Pós-Doutoranda em Filosofia na Universidade de Évora. Membro do Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais - NICPRIUE. Doutora em "Ética e Filosofia Político-Jurídica" pela Universidade de Salerno (Itália) com a tese: *Marx e a revolução de 1848*. Licenciada em Filosofia na Universidade de Nápoles (Itália) com a tese: *O jovem Marx. Do idealismo ao materialismo*. 2008-2009: Bolsa de investigação no estrangeiro: *École Normale Supérieure de Lettres et Sciences. Humaines* – Université de Lyon. Email: viparelli1@interfree.it

³ Professora do Programa de Mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná

⁴ Professor do Programa de Mestrado da Universidade Tuiuti do Paraná